

VOL. 8, Número 1  
DEZEMBRO 2017

# PENSAMENTOS

Se..., Não...

REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE  
E PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA



Se..., Não...

Revista Portuguesa de  
Psicanálise e Psicoterapia  
Psicanalítica

# Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica

## Editor / Publisher

Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica

## Director / Director

Carlos Amaral Dias, PhD

(Professor Catedrático; Psicanalista e Presidente da Comissão de Ensino da AP)

## Editor Chefe / Editor in Chief

Ana Almeida

(Psicanalista; Membro Titular da AP)

## Co-edição / Co-editors

Alexandra Medeiros, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

Catarina Rodrigues, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

Patricia Câmara, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

Isabel Botelho, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

# Conselho Editorial / Editorial Board

António Alvim, MSc

(Psicoterapeuta Psicanalítico; Fundador e Associado da AP);

Ana Batarda, MsC

(Psicoterapeuta e Terapeuta Familiar; Fundador e Associado da AP);

João Pedro Dias MSc

(Psicólogo Clínico; Fundador e Associado da AP);

João Ferreira, MSc

(Psicólogo Clínico; Associado da AP);

Elisabete Fradique, MSc

(Psiquiatra e Psicoterapeuta; Fundadora Associada da AP);

Filipe Arantes Gonçalves, MSc

(Psiquiatra, Psicoterapeuta; Fundador e Associado da AP);

Camilo Inácio MSc

(Psicólogo Clínico; Associado da AP);

Ângela Lacerda Nobre, PhD

(Doutorada em Gestão; Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Setúbal, Fundadora e Associada da AP);

António Mendes Pedro, PhD

(Visiting Professor da Universidade Paris XIII e Professor Associado da Universidade Autónoma; Psicoterapeuta, Psicanalista e Psicossomático; Fundador e Associado da AP);

José de Matos Pinto, PhD

(Psicólogo Clínico; Professor Coordenador da ESE de Coimbra; Fundador e Associado da AP);

Isabel Plantier MSc

(Psicoterapeuta Psicanalítica; Associada da AP);

Clara Pracana, PhD

(Psicanalista, Professora Convidada do Instituto Superior Miguel Torga, do ISMAT e do ISPA; Consultora; Fundador e Associado da AP);

Manuela Gonçalves dos Santos, MSc

(Grupanalista; Fundador e Associado da AP)

Carlos Alberto Afonso, PhD

(Professor Associado do ISPA; MFAPA e MFTPP da AP)

Conceição Almeida, MSc

(Psicanalista; Membro da Comissão de Ensino da AP);

Maria do Rosário Belo, MSc

(Psicanalista; Membro da Comissão de Ensino da AP);

José Henrique Dias, PhD

(Professor Jubilado da UNL; Director da Escola Superior de Altos Estudos do ISMT);

Maria do Rosário Dias, PhD

(Professora Associada no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz; Fundadora Associada da AP);

Jorge Caiado Gomes, PhD

(Professor da Universidade Atlântica; Fundador Associado da AP);

Mário Horta, PhD

(Psicanalista; Membro da Direcção da AP);

João Justo, PhD

(Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa);

Michael Knock, PhD

(Professor Associado do ISMT; Teólogo);

António Coimbra de Matos, MSc  
(Psicanalista; Psiquiatra; Presidente da Direcção da AP);

Carlos Campos Morais, MSc  
(MFaPA da AP, Investigador-Coordenador apos. do LNEC, Membro Emérito da Academia de Engenharia);

Cristina Nunes, MSc  
(Psicanalista; Membro da Comissão de Ensino e da Direcção da AP);

José Gouveia Paz, PhD  
(Professor Auxiliar da UAL; Psicoterapeuta);

Henrique Garcia Pereira, PhD  
(Professor Catedrático do IS; Escritor);

José Carlos Coelho Rosa, MSc  
(Psicanalista; Vice-Presidente da Direcção e Membro da Comissão de Ensino da AP);

Ana Vasconcelos, MSc  
(Pedopsiquiatra; Membro da Direcção e da Comissão de Ensino da AP)

## **Conselho Editorial Internacional/ Internacional Editorial Board**

Nancy Burke, PhD  
(Associate Professor of Clinical Psychiatry and Behavioural Science in Northwestern University Feinberg School of Medicine – Chicago);

Rochelle Suri, PhD  
(Licenced Marriage & Family Terapy; Associate Director of the International Journal of Transpersonal Psychology – San Francisco – California);

Judith Parker, PhD  
(Psychoanalyst in private practice) – Beverly Hills – California);

Lynn Somerstein, PhD

(Director of the Institute of Expressive Analysis; Book Review Editor Psychoanalytic Review;  
Psychoanalyst in Practice – New York);

Sandra Segan, PhD

(Member of the WMAAPP (Western Massachusetts and Albany Association for Psychoanalytic Psychology; Psychoanalyst in Practice-New York)

«Se..., Não... Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica» publica artigos originais do campo disciplinar, científico e praxiológico (clínica e aplicação) da Psicanálise e da Psicoterapia Psicanalítica. Contudo, também são aceites, de forma complementar, textos que exprimam a rica diversidade de interfaces entre estes domínios e as diversas facetas do  
Desenvolvimento Humano

© 2017, AP – Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia  
Psicanalítica

## TÍTULO

Se..., Não... Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica

## CAPA

Maria Soromenho

## PAGINAÇÃO/IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Manuel Oliveira

DEPÓSITO LEGAL - 314677/10

ISSN - 1647-7367

## DATA DE EDIÇÃO DIGITAL

1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Dezembro de 2017



# Índice

Editorial	11
Ana Almeida & Equipa Editorial	
Saúde mental, amor e psicanálise: Uma breve reflexão	13
Rui C. Campos	
Psicanálise sem divã?	21
Catarina Rodrigues	
Caos, movimento e criação	33
Vitor Moreira	
Apresentação de um caso prático à luz da teoria bioniana	41
Marta Reis	
De Hamlet a Édipo: A encenação da neurose infantil	65
Alexandra Medeiros	
Para além do pensamento cartesiano	113
Carlos Fernandes	
Sobrevoando o primeiro olhar psicanalítico da neurose obsessiva	131
António Alberto R. Surrador	
Insucesso escolar e psicanálise - uma revisão teórica	155
Maria João Valgôde	
Uma psicanálise a céu aberto Então a freguesia, diga-me lá o que a traz por cá?	173
Ricardo Gameiro Mendes	
Instruções aos Autores	185

# Psicanálise sem divã?<sup>1</sup>

Catarina Rodrigues

Psicoterapeuta /Membro Associado AP  
catarina.nasc.rodrigues@gmail.com

## RESUMO

Entrelaçado com a própria experiência da autora enquanto profissional e analisanda, este artigo pretende ser uma reflexão, necessariamente pessoal, sobre a possibilidade de se realizar um percurso psicanalítico bem sucedido na ausência de algumas das características do *setting* psicanalítico, sobretudo o uso do divã. Defende-se que a função analisante (Matos, 2002) do psicanalista pode existir para além do *setting*. Quando enamorado, entusiasmado e crente no desenvolvimento do seu paciente, o terapeuta sente prazer e desafio em pensar sobre o outro (e sobre si mesmo), e isso acontece independentemente do *setting*. Reflete-se na sua atitude genuína e interessada em pensar e compreender o paciente, tendo como consequência, a conquista, por parte do paciente, da possibilidade de pensar a sua história, desfazendo as defesas que bloqueavam o (re)conhecimento da sua história, e assumir a sua agencialidade na construção do sentido da sua vida. O paralelo será a relação de amor. Ama-se com espontaneidade e entrega.

Palavras-chave: Relação Psicanalítica; Nova Relação; *Setting* psicanalítico.

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado na apresentação feita no Colóquio de Psicanálise: “Integração e Aplicações”, realizado no ISPA, 20-21 de outubro de 2017.

## NOVOS CAMINHOS EM PSICANÁLISE

Novos caminhos se têm desenhado na Psicanálise. Em Portugal, destaco a influência do Dr. Coimbra de Matos como grande pensador e impulsionador da mudança para uma psicanálise que se quer assente no relacional, onde as palavras “amor” e “aposta” no paciente fazem parte do seu léxico rico em afecto e em impulso para se viver uma vida com sentido e plena. Fará parte do Dr. Coimbra ter uma reserva de esperança sem fim na capacidade do próprio em fazer o caminho para se encontrar livre e autêntico e construir a sua vida. Esperança esta que, porque autêntica nele, permite ao paciente primeiro sonhar, quando acreditar ainda não é possível.

Será essa consistência no sentir do psicanalista que permite ao paciente ir saindo do sonho/projecto para a certeza da sua capacidade/competência. E isso só é possível se tal esperança e afecto existir de facto dentro do coração e da mente do terapeuta. Ou seja, ser um aspecto da realidade, sentido e confirmado pelo paciente de múltiplas formas na relação real com o psicanalista: directas e indirectas, conscientes e inconscientes. Coloco intencionalmente em itálico as palavras “*realidade*” e “*real*”, porque acredito que tais afectos têm de existir realmente, captados na relação real com o terapeuta. O paciente tem direito a ter um terapeuta que o estime verdadeiramente.

Quem procura ajuda psicoterapêutica, procura, de forma consciente, alguém que o compreenda e o ajude a ultrapassar os seus problemas... e procura, de forma inconsciente, alguém que o aprecie genuinamente, porque sabemos, intimamente (e corroborado pela investigação científica e pela reflexão analítica), que é o orgulho e a aposta real da(s) figura significativa(s) que nos faz desabrochar e acreditar na nossa competência para viver a nossa vida.

Sem esse brilho do orgulho, sentimo-nos deprimidos, sempre na sombra, conduzidos pela mão invisível de uma auto-estima fraca e empobrecida, cuja energia se esvai hemorragicamente, sugada por uma crítica interna devastadora, resultado da internalização da culpa pelo não orgulho e não aposta parental, associada a um desejo idealizado e nunca realizável (porque não vivido no plano da realidade) de conquista desse amor e orgulho parental. De tal forma que podemos passar uma vida inteira sem consciência da motivação inconsciente dos nossos actos na procura de deslumbrar os olhos parentais... Continuamos iludidos à procura do elixir da felicidade perdido na infância.

E sentimo-nos miseráveis.

Por isso, a psicanálise não é, para mim, um caminho puramente técnico. Exige, primeiro, uma relação particular e especial entre terapeuta e paciente assente num amor e aposta mútuos. Não anula as cicatrizes das relações significativas da infância, mas, pelo facto de se constituir nova relação significativa, assente em afecto genuíno, possibilita um novo caminho a trilhar.

Consciente deste aspecto primordial – o amor pelo paciente –, aprendido com o professor Coimbra, continuo a afinar a minha capacidade de, nos primeiros contactos, compreender se sinto capacidade de compreensão e esperança no desenvolvimento da pessoa que me procura. Sei que sem essa aposta não há aquele tipo de envolvimento que permite ultrapassar as grandes dificuldades da vida e irmos mais além.

Além disso, serão pessoas que farão parte da minha vida durante algum tempo, passaremos tempos difíceis, por isso é importante para mim que apostemos um no outro e sintamos que funcionamos bem como equipa pensante. Sinto prazer, expectativa e entusiasmo em relação ao nosso encontro em cada sessão. Quando não o sinto, sei que estou com dificuldade em compreender o que se passa dentro do paciente e sinto-o como um sinal de que tenho de despende mais tempo a pensar sobre essa pessoa... ou sobre mim própria.

Porque sinto este laço entre mim e o meu paciente, tenho dificuldade em compreender a palavra “resistência do paciente”. Havendo esperança, empatia e amor pelo outro, as palavras que me surgem para compreender os movimentos de progresso e regressão na dança terapêutica serão procura constante de encontro e compreensão, pelo que existe um grande esforço no sentido da sintonia entre o par terapêutico. O que envolve um grande interesse e disponibilidade de parte a parte. Mas a motivação e disponibilidade do paciente para a compreensão e mudança estão em relação directa com a esperança e amor do terapeuta por ele, decorrendo destes. O paciente encontra-se na posição expectante, de expectativa de encontro, de reconhecimento e de amor do outro por si mesmo.

Naturalmente, não se navega sempre em mares tranquilos e de sintonia. Existe desencontro nas tentativas que ambas as partes fazem para se explicar e se sintonizar. Não somos um só. Não somos a mesma mente. Somos duas

mentes que tentam comunicar profundamente.

Pode existir frustração no paciente diante das tentativas mal sucedidas de compreensão por parte do terapeuta e pode existir raiva pelo analista quando toca em partes sensíveis fora do ritmo de descoberta do paciente. Quanto mais o eu é frágil e a idealização se faz sentir, mais frustrante se torna a existência de desencontro, de incompreensão... Podem, pois, surgir momentos de zanga e de tensão. De raiva até. As palavras do terapeuta podem ser sentidas como ataques violentos, como incompreensão insuportável numa mente já muito magoada por desencontros... A raiva expressa pelo paciente comunica, de forma anacrónica, uma dôr muito antiga e um imenso desejo de sintonia. Como referiu Joana Espírito Santo (comunicação pessoal, 2018), a zanga esconde uma mensagem de amor.

Por isso, não entendo o desencontro e a zanga como expressões de resistência do paciente... mas expressão do desencontro que mantém o sofrimento, a dor... e diminui a esperança da compreensão e do bom apoio que liberte para uma vida que se deseja viver... e que se creia poder viver, diferente da realidade actual. Há muita esperança e desejo depositados num encontro com o terapeuta... como o há com uma mãe...

Mas, como aprendi com uma paciente minha, um bom marinheiro não se faz em mares calmos. Por muito frustrante que possa ser, no desencontro também nos desvelamos, porque é uma hipótese de nos afirmarmos perante nós próprios e face ao outro.

Por vezes, o analista coloca luz sobre aspectos que porventura não estamos preparados para ver e não queremos aceitar em nós próprios. No mar revolto, assim como nas tempestades internas e relacionais, descobrimo-nos para além do conhecido/revelado e somos obrigados a contactar com verdades que preferíamos manter na sombra, diminuindo a angústia que provocam...

Se o terapeuta não se assustar perante tal zanga e frustração, e não erguer a sua resistência e defesa narcísica, e aceitar que erra, que é mal compreendido, que é sítio de projecção, e sobretudo se amar de facto aquele paciente, esforçando-se por ir ao encontro do pedido de amor/compreensão subjacente, o desencontro pode tornar-se momento de construção identitária e fortalecimento da relação.

Não se nasce terapeuta, tal como não se nasce pai. Tornamo-nos terapeutas das pessoas que nos procuram e em quem apostamos com amor e esperança. E porque gostamos destas pessoas, melhoramo-nos e esforçamo-nos por compreender e ajudar o melhor que somos capazes, aceitando que o fazemos humanamente com imperfeições e erros.

## PSICANÁLISE SEM DIVÃ

A questão que coloco no título deste artigo surge integrada no meu percurso como terapeuta e analisanda.

Por um lado, pelo facto de não me identificar com a postura psicanalítica tradicional. E até há pouco tempo, eu pensava que isso era um defeito. Algo que eu não conseguia fazer diferente. As minhas tentativas de ser mais conforme a postura tradicional do psicanalista traziam-me dificuldades nas sessões porque não conseguia estar à vontade e ser eu própria, porque tentava controlar a minha tendência natural em ser responsiva e próxima. Fazia-me sentir mais distante dos pacientes e bloqueava a minha espontaneidade e pensamento.

Por outro lado, por sentir que acompanhar pessoas via Skype ou face a face, de forma próxima e afectivamente disponível não ser impeditivo de realizar com essas pessoas uma viagem psicanalítica. Situações que me têm feito refletir sobre o facto de o que faz a diferença na viagem terapêutica não ser a técnica, mas as complementaridades entre o par analítico, potenciadas pela autenticidade do gostar entre ambos os intervenientes e da aposta do terapeuta no paciente.

Finalmente, os testemunhos de pacientes sobre a importância que sentiam em relação à postura emocionalmente próxima do terapeuta.

Coimbra de Matos (2002) destaca que o objectivo da psicanálise é aumentar no paciente o acesso dos

“conhecimentos etiopatogénicos, conseguindo aquele a resolução dos seus sintomas, alívio do seu sofrimento. (...)”

Saber quem outrora fomos e as circunstâncias em que então nos organizamos permite melhor compreender quem agora somos e o que no momento desejamos, bem como mais adequadamente planear o nosso futuro. (...) Ficaré menos menos inocente e mais prevenido” (p. 185)  
O paciente, “A capacidade de análise dos sistemas relacionais em que se insere e movimenta torna-se mais profunda, rápida e eficiente” (p.185)

Na esteira do Dr. Coimbra de Matos (2002), considero que a relação analítica é uma relação de amor/aposta mútuos onde o analista oferece a sua “função analisante” (p. 185) para ajudar o paciente a pensar e melhor compreender os seus sentimentos, que não sendo mentalizados, traduzem-se em comportamentos-sintoma. Tal função analisante de que nos fala Coimbra de Matos (2002) permite dar significado pensável ao que sente e sentiu, retirando da sombra a verdade do que o paciente sentiu e intuiu (proto-pensamentos) sobre a influência das figuras significativas e de contextos da sua história.

O afecto real sentido no modo como o analista o recebe em cada sessão, sentido na ressonância e sintonia afectiva traduzida consciente e inconscientemente pelas palavras e comportamentos do analista, e na sua procura em ajudar o seu paciente a compreender-se melhor, banha a relação do afecto necessário que dá coragem ao paciente para pensar e expressar o até então impensável.

Neste processo, fundamentalmente humano, o toque entre as “almas”-mentes retira o paciente da sua solidão e produz um maior auto-conhecimento em ambos os intervenientes. O facto de o sentimento e o pensamento do paciente ser compreendido intimamente pelo analista conduz, em ambos, a uma expansão da sua capacidade de empatia e a uma maior aceitação e confiança de/em si mesmos, em direcção a uma crescente capacidade de se verem agentes competentes na prossecução a bom porto da viagem psicanalítica conjunta, e conseqüentemente na construção das suas vidas...

Penso que quando a ligação ao paciente é intensa e enamorada sucede podermos esquecer que estamos no divã, face a face ou via Skype. Quando a ligação ao paciente é muito intensa e investida, sentimo-nos com a mente do paciente, numa ligação íntima, onde as mentes se ligam e comunicam. Há um intere-

sse e uma motivação de parte a parte para manter a relação. E esse interesse torna-nos mais permeáveis e flexíveis e menos atentos a constrangimentos. Dançamos ao ritmo e de acordo com as características e necessidades do paciente e da singularidade da relação que com ele estamos a estabelecer. Se a dança flui, gera um sentimento de satisfação em ambos... mesmo que atravessado mares negros e turbulentos. Satisfação que nasce da beleza estética de uma sessão em que ambos se sentiram intimamente ligados. Conectados e a dançar/pensar em sincronia. Em meu entender, esta satisfação interna é um sinal subjectivo, que acontece quando existe uma comunicação interpéssica/intersubjectiva. Como seres eminentemente sociais e que precisamos do espelho do outro para nos conhecermos a nós próprios, sentirmo-nos entendidos e em ligação com o outro produz esse sentimento de satisfação interior.

E nessa dança pode acontecer que o par analítico sinta necessidade de estar em contacto visual, sentindo o divã como uma interferência negativa ao fluir da sua relação.

Podemos pensar que não existe um modo único de fazer psicanálise. Mas talvez seja único o caminho de uma psicanálise: a possibilidade de estar numa relação onde nos descobrimos cada vez mais profundamente, aceitando quem somos, com qualidades, defeitos, deficiências, dificuldades, incapacidades, orgulhos, projectos, aspirações, erros e desejo de fazer mais e melhor. Mas aceitando quem somos... e gostando de quem somos.

E esse trabalho de gostarmos de quem somos não acontece só porque o psicanalista/terapeuta/mãe/pai gostam de nós, mas sobretudo porque no estímulo e motivação dessas relações significativas ganhamos maior capacidade de ser agentes da nossa própria vida e constatarmos que, quando decidimos por nós e de forma implicada, independente e responsável, nos sentimos felizes e orgulhosos de nós. Sentimos que sabemos cuidar bem de nós... É aqui que o caminho do par analítico termina.

Vários autores (destacando Jonathan Shedler, 2016; Richard Raubolt, 2018, comunicação pessoal) já debateram esta questão. Não é de todo uma ideia original minha, mas este questionamento tem-se entrelaçado com a minha procura do meu caminho em psicanálise e com o amadurecimento das minhas ideias sobre a relação psicanalítica e os factores que contribuem para a mesma.



De acordo com Shedler (2016): “A terapia psicanalítica é um esforço partilhado e colaborativo entre dois seres humanos, nenhum dos quais tem acesso privilegiado à verdade” (p. 10). “A psicanálise é um processo interpessoal, não uma posição anatômica. Refere-se a um tipo especial de interação entre paciente e terapeuta.” (p. 9).

“Há pacientes que realizam cinco sessões por semana e deitam-se num sofá e nada ocorre que se parece remotamente um processo psicanalítico. Outros participam de sessões uma ou duas vezes por semana sentados numa cadeira, e não há dúvida de que um processo psicanalítico está ocorrendo. Realmente tem a ver com quem é o terapeuta, quem é o paciente e o que acontece entre eles” (Shedler, 2016, p. 10).

Richard Raubolt (comunicação pessoal, 2018) refere que:

“Na verdade, acredito que a definição que se baseia na frequência das sessões por semana ou o uso do sofá simplista. Eu acredito que uma posição mais útil pode ser considerar a psicanálise como uma *atitude, um ponto de vista ou uma posição do próprio analista*. Como tal, estamos sempre em análise, visto que esta não se limita à hora clínica.”

Penso que muitos psicanalistas podem utilizar o divã para instituir uma relação desigual entre paciente e terapeuta, escamoteando, disfarçando, ocultando como a relação terapêutica é uma relação de crescimento para ambos. Insistindo na ideia de que os ganhos da terapia são voltados para o paciente e estabelecendo uma diferença de estatuto entre paciente e terapeuta. Numa relação terapêutica profunda, como diria uma paciente minha, reconhecemos que “somos todos apenas humanos”, unidos por um profundo interesse em nos conhecermos mais, compreendermos melhor e vivermos mais felizes, expandindo as nossas capacidades. É, pois, uma relação que estimula o crescimento de ambos os intervenientes.

“Os psicanalistas pós-modernos que defendem abordagens relacionais e intersubjetivas (...) lembram-nos que as

reações do paciente não ocorrem no vazio e que o paciente e o terapeuta se influenciam mutuamente de maneira complexa e recíproca. Eles estão, de fato, co-construindo ou co-criando cada interação. Parece inegável que os pacientes trazem as suas histórias pessoais na interação terapêutica, que modelos de relacionamento precoce se tornam reativados e reproduzidos, e que as dores e os anseios não resolvidos são direcionados para o terapeuta. Também parece inegável que a forma como o terapeuta interage e responde molda a interação terapêutica e influencia quais modelos que entram em jogo e como. Não são apenas pacientes, mas também terapeutas que trazem seus passados no consultório”. (Shedler, 2016, p. 27)

Muitos psicanalistas defendem que o divã oculta o olhar do terapeuta do olhar do paciente, favorecendo a capacidade de o paciente estar mais em contacto consigo mesmo. Porém, em meu entender, ao mesmo tempo, o divã impede a leitura dos afectos veiculados pelas reacções do rosto terapeuta e do paciente. Priva os interlocutores de uma das primeiras competências que o bebé desenvolve na relação com a sua mãe e que lhe permite afinar a concordância entre aquilo que lhe é dito com a emoção que transparece quando algo lhe é dito.

Sem divã a proteger, é fundamental a verdade do afecto, do desejo de compreender e estimular o crescimento do paciente. Exige ao terapeuta maior responsabilidade na aceitação dos pacientes, verdade e consciência do que sente em relação aos pacientes que o procuram. Pelo menos foi isso que eu fui tomando consciência na minha prática.

Defende-se que o uso do divã permite que o paciente sofra a menor interferência possível dos dados do terapeuta e, assim, sendo capaz de estar mais atento a si e aos seus pensamentos e sentimentos, que seria tido como o mais importante numa análise. Mas, precisamente aquilo em que tenho vindo a refletir, e que faz parte quer da minha experiência pessoal quer da experiência com pacientes, a interferência emocional do terapeuta pode ser o ingrediente essencial para a mudança efectiva dentro do paciente.

O que quero significar com interferência emocional do terapeuta remete para a atenção, o investimento emocional, o interesse, o enamoramento que se

sente pelo paciente... e tudo o que é veiculado pela comunicação não verbal, e que dá sinais a ambos os intervenientes do que cada um sente e pensa.

Sobretudo dá indicações inequívocas sobre o gostar mútuo.

E penso que é esse gostar do terapeuta que se transforma em apostar no outro. E é esse sentir-se amado e estimulado pelo terapeuta que dá motivação intrínseca à pessoa para operar mudanças significativas e difíceis na sua vida. O que quero dizer com isto é que penso que não é a neutralidade afectiva do terapeuta que ajuda na mudança relacional do paciente. O cérebro não muda com neutralidade. O cérebro muda numa relação de amor. O que cura é o amor. A neutralidade de pensamento ajuda a pessoa a pensar-se.

Numa relação, seja ela de que tipo for, onde não há verdadeiro amor pelo outro, não crescemos. Numa relação onde não sentimos verdadeira aposta em nós próprios, mantemo-nos no ciclo vicioso (Matos, 2001, 2002) da procura de afirmação do nosso valor. Estamos sempre no mesmo lugar, mesmo que mais firmes das nossas opiniões. Pode ser importante na afirmação pessoal, mas só este tipo de relações não chega. É um crescimento deficitário, porque mais instável, esforçado e muito mais demorado... e a vida não é para sempre. E é preciso amadurecer para viver uma vida plena de sentido.

Quando a pessoa se sente estimada e valorizada, amadurece radiosa e a bom ritmo. Numa relação de verdadeiro amor/orgulho/aposta/estímulo, para além de crescermos, inovamos, porque o outro olha e estimula e dá mais achegas ao nosso lado estimulante e vivo. Esse é o impulso virtuoso que faz sair do ciclo e amar a vida.

## REFERÊNCIAS

Matos, A. C. (2001). *A Depressão*. Climepsi Editores

Matos, A. C. (2002). *Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica*. Climepsi Editores.

Shedler, J. (2006). *This was then, this is now: an introduction to contemporary psychodynamic therapy*. <http://www.jonathanshedler.com/PDFs/Shedler%20>

## TITLE

Psychoanalysis without a couch

## ABSTRACT

Intertwined with the author experience as a professional and analyst, this article intends to be a reflection, necessarily personal, on the possibility of a successful psychoanalytical course in the absence of some of the characteristics of the psychoanalytic setting, especially the use of the couch. It is argued that the psychoanalyst's "analyzing function" (Matos, 2002, p.185) can exist beyond the setting. When enamored, enthusiastic and believing in the development of his patient, the therapist feels pleasure and challenge in thinking about the other (and about himself), and this happens regardless of the setting. It reflects on his genuine attitude and interest in thinking and understanding the patient, resulting in the patient being able to think about his / her history, undoing the defenses that blocked the knowledge of his / her history, and to assume its agency in the construction of the meaning of its life. The parallel will be the relationship of love. We love with spontaneity and surrender.

Key Words: Psychoanalytic Relation; New Relation; Psychoanalytic setting.

# Caos, movimento e criação<sup>1</sup>

Vitor Moreira

Psicólogo clínico especialista (OPP) em psicoterapia e psicologia comunitária  
vitormsmor@gmail.com

## RESUMO

O autor apresenta uma articulação dos principais conceitos da Teoria Geral dos Sistemas, em particular dos sistemas complexos, sua imprevisibilidade e capacidade de gerar organização. Propõe uma abordagem da vida, do funcionamento dos grupos e do indivíduo sob a matriz desses modelos, entrecruzando-os com uma forma psicanalítica de lhes dar sentido, procurando contribuir para a expansão do campo da psicanálise.

Palavras-chave: Caos; Turbulência; Fractal; Sentido; Liberdade.

*“Podemos fazer o nosso modelo mais complexo e fiel à realidade, ou podemos torná-lo mais simples e fácil de manejar. Apenas o cientista mais ingénuo acredita que o modelo ideal é aquele que representa perfeitamente a realidade. Um tal modelo teria os mesmos inconvenientes de um mapa de uma cidade do tamanho da própria cidade (...). Se um tal mapa fosse possível, a sua*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IX Encontro da AP 2017, “A (In)Tranquilidade Que Nos Sustenta”, sob o título “Movimento e Criação”. Este texto foi escrito num livre e impreciso compromisso entre o novo acordo ortográfico e a forma antiga

*especificidade iria anular o objectivo: generalizar e abstrair.”*  
James Gleick, 1989

Os tradicionais cinco órgãos dos sentidos são insuficientes para descrever a capacidade humana de aperceber a realidade. A razão, a intuição e a construção do conhecimento científico evidenciam realidades para as quais só podemos aceder, por exemplo, através da matemática, como a dimensão do espaço-tempo. Ou então o sentir do outro através da capacidade empática e da contratransferência.

A espécie humana parece ser também a única capaz de criar múltiplas realidades, mundos simbólicos complexos (cultura, arte, religião, ciência, web) cuja existência (ainda que virtual) é, em alguns casos, legitimada apenas pela própria crença na sua existência, como Deus.

Outros animais têm também a capacidade simbólica de comunicar, como é o caso das abelhas, por exemplo. Mas a espécie humana desenvolveu e continua a desenvolver capacidades de comunicação de uma complexidade incomparável. A capacidade de transmitir quantidades cada vez maiores de informação a cada vez maiores distâncias. Ou até a capacidade “telepática” *wireless* de comandar movimentos de um objecto virtual num écran de computador.

Apesar da sofisticação e do grau de diferenciação da comunicação humana e da complexidade da sua organização social, os teóricos dos sistemas têm encontrado isomorfismos (semelhanças de forma) entre diferentes tipos de sistemas, sejam físicos, biológicos ou grupos sociais. Alguns princípios serão comuns aos vários níveis de organização (Bertalanffy, 1977).

A tentativa de apresentar uma concepção unitária do mundo baseia-se no isomorfismo das leis em diferentes campos, nas analogias e homologias entre estes.

O princípio organizador de base é que se encontra organização em todos os níveis (Gleick, 1989).

O segundo princípio da termodinâmica enuncia que, num sistema fechado,

uma certa quantidade de desordem (entropia) deve aumentar ao máximo até que o processo pára num estado de equilíbrio, ou seja, tende para o estado mais provável, a máxima desordem e nivelamento das diferenças (Gleick, 1989).

Nos sistemas fechados a ordem é sempre destruída. O estado final é determinado pelas condições iniciais. Daí que muitas experiências em laboratório poderão ser replicadas vezes sem conta em iguais condições iniciais, com o mesmo resultado final. São sistemas com funcionamento linear.

Nos sistemas abertos o mesmo resultado pode ser obtido a partir de diferentes condições iniciais e por diferentes maneiras. Ou seja, há uma equifinalidade (Bertalanffy, 1977). É a meta que regula o processo, o que contraria as leis da física tradicional. Finalidade é o inverso de causalidade. É a dependência do processo em relação às questões futuras em vez das passadas (teleonomia).

No mundo vivo, há uma transição para uma ordem mais alta de heterogeneidade e organização, o que faz com que o sistema seja preservado apesar da entropia. Este processo que se opõe à desorganização, através de injeção de nova energia, é um mecanismo cibernético a que Prigogine (Prémio Nobel da Química em 1977) chamou de sintropia, neguentropia ou entropia negativa – conceito desenvolvido antes por Schrödinger, entre outros (Gleick, 2011).

O estudo dos sistemas físicos complexos trouxe contributos importantes para a ideia de uma teoria do mundo unificada.

Por exemplo, quando se estuda o comportamento gravitacional de dois corpos, os cálculos são relativamente simples. Mas quando se estudam mais de dois, o problema complexifica-se, ficando sem resposta as questões da previsão do comportamento a longo prazo, dado que pequenas variações nas condições iniciais podem traduzir-se em grandes alterações no resultado final (Efeito Borboleta). “(...) qualquer sistema físico que se comporte de forma não-periódica é imprevisível” (Edward Lorenz, 1961, cit. por. Gleick, 1989, p.43).

Também a geometria euclidiana baseada em formas artificiais (círculo, triângulo, quadrado...) não representa a natureza. Na realidade, a natureza revela-se através de formas com contornos imprecisos de geometria auto-semelhan-

te ou fractal, como lhe chamou Mandelbrot em 1975 (cit. por Gleick, 1989), repetindo as imprecisões em escalas cada vez mais pequenas (como nos cristais de gelo).

Nestas condições, acumular informação microscópica detalhada não se revela útil para fazer previsões no comportamento macroscópico. Apesar disso, um sistema caótico pode apresentar um estilo particular de irregularidade. Ser previsível na sua imprevisibilidade (Gleick, 1989).

Quem tem cães num quintal, sabe do incómodo que é a queda de pelos daqueles. Rapidamente os pelos se espalham por toda a extensão do espaço. Contudo, basta haver movimento forte do ar (vento), ou seja, introduzir alguma turbulência ao sistema-quintal, com a ajuda das fronteiras-limites do sistema e seu papel na dissipação (muros, paredes, degraus e outros objectos), aos poucos emergem estruturas organizadas – tufo de pelos que se amontoam. Esses tufo multiplicam-se, agregam-se num crescendo se o vento sobe de intensidade, até que podem chegar a dividir-se, como numa célula, quando atinge o seu tamanho crítico.

A forma como se organizam parece dever-se ao surgimento de núcleos de atração – provavelmente devido à formação de estruturas idênticas aos “atractores centrais” de que fala o meteorologista Edward Lorenz. Ou seja, independentemente do lugar inicial de cada elemento, sabe-se que o movimento turbulento irá atraí-los “coercivamente” em torno de pontos de atração, o que leva a que o seu comportamento só possa ser explicado através da finalidade ou orientação em direcção a uma meta. Podemos pensar, por exemplo, no anticiclone dos Açores como um atractor que condiciona todo o movimento das partículas do ar em torno de si próprio.

Os atractores têm importante propriedade de estabilidade num sistema. Independentemente das agitações e colisões dos elementos, o seu movimento tende a regressar ao atractor. Esses atractores podem apresentar múltiplos e “estranhos” padrões (Gleick, 1989). Toda a natureza parece estar assim organizada, em estruturas fractais orientadas para uma finalidade. Serão essas as principais leis universais da própria vida.

Poderemos supor que nas plantas, o atractor ou a finalidade será a busca de luz (fototaxia). A árvore cresce em direcção à luz até que um tronco dá



origem a dois ramos e esses a outros dois, e assim por diante, obedecendo a uma lógica fractal de bifurcação. Contudo, o tronco e os ramos não se desenvolvem sem raiz. Também as raízes parecem obedecer a padrões baseados na bifurcação em direção a uma finalidade (busca de água - hidrotaxia). Para assegurar o crescimento do tronco, mantendo a integridade identitária da árvore, sem fracturas nem colapsos, esse crescimento deve ser proporcional à capacidade da raiz se fixar e oferecer como suporte e motor válido daquela. Obviamente que não pode ser desprezada a qualidade do meio.

A árvore parece assim desenvolver-se num equilíbrio entre forças com finalidades de sentido divergente mas complementar e interdependente.

Podemos também olhar para os animais, entre os quais nos incluímos, a partir do mesmo modelo obedecendo a estruturas idênticas nas várias dimensões de análise. Por exemplo, a estrutura corporal: um tronco com cinco subdivisões (cabeça e quatro membros) e subsequentemente os membros com outras cinco subdivisões – os cinco dedos.

Se observarmos do ponto de vista da “estrutura da árvore” da transmissão de vida nos animais sexuais, podemos também considerar que obedece a um padrão fractal com uma finalidade: o encontro com o complementar. O indivíduo nasce de dois indivíduos (pai e mãe) que nasceram de outros dois indivíduos (pai e mãe), e assim sucessivamente. O mesmo indivíduo poderá repetir o padrão dando origem a outros indivíduos, prolongando a vida “indefinidamente”.

A propagação da vida faz-se obedecendo a uma lógica preponderantemente convergente, de encontro com o outro complementar. *“Tout se qui monte converge inévitablement”* (Rosa, Comunicação pessoal, citando Teilhard de Chardin).

A estrutura fractal da hereditariedade não se limita a transmitir informação do passado, do pai e da mãe, ela também cria informação onde antes não existia. Essa memória criadora é informação que é passado, presente e futuro. O DNA são as “raízes” do novo indivíduo, é a força conservadora que o sustenta no passado, que o alicerça, em contraponto com a força que o atira para fora de si em direção ao mundo.

Depois do nascimento, a in-formação do novo ser, através do contacto com o outro, é também transmissão da informação do passado com seus padrões afectivos e relacionais, cultura e valores, através da família e/ou das comunidades a que pertence - mas sempre actualizado e renovado em direção ao futuro adivinhado (intuído). Ou seja, quer a organização-família quer a escola transmitam valores-memória-informação do passado, que imaginam ou pressupõem útil para o futuro. Alicerçam-se nas “raízes”, projectando o desenvolvimento futuro.

Em todo o caso, a finalidade primordial será o aumento de probabilidade de manutenção e propagação de informação-vida. Apesar disso, do nosso ponto de vista, essa finalidade não pode ser pensada apenas como o cumprir de uma finalidade individual, será uma “missão” que transcende o indivíduo. É também filogenética. Resultará da intercepção de “forças coercivas” individuais e de grupo que se inter-relacionam, conjugam e inovam. Do mesmo modo, quando um jovem faz escolhas vocacionais, balanceará dados do passado, projectados num futuro adivinhado em articulação com os estímulos correspondentes às expectativas e necessidades dos diferentes grupos a que pertence, nomeadamente a família e a comunidade. Mas não é apenas uma adaptação ao ambiente. O indivíduo tem também, como refere Coimbra de Matos (2016), a capacidade aloplástica de adaptar o ambiente.

Se aplicarmos o mesmo modelo de observação da realidade aos grupos sociais, facilmente encontraremos analogias que não serão irrelevantes. Não será difícil pensar os diferentes grupos sociais como estruturas organizadas semelhantes aos tufos de pelos no quintal que referimos antes, com suas fronteiras próprias mas irregularmente delimitadas e relativamente “fluidas”, interrelacionando-se, agregando-se ou dividindo-se consoante a capacidade mobilizadora dos seus atractores (os líderes), as fronteiras do sistema onde se insere (e sua inserção noutra de nível superior e por aí adiante) e ainda da instabilidade existente no meio. Até certo ponto, a instabilidade/turbulência do meio contribuirá para o reforço da organização, por sintropia.

As organizações que se formam num meio caótico contribuem para a diminuição da incerteza e estabilização do sistema. Por um lado, “compelem à repetição”, como diria talvez Freud. Apesar disso, como é próprio dos atractores de Lorenz, compelem igualmente à inovação, ao caminho diferente,

nunca repetido. É o desequilíbrio que é criador, ou em linguagem popular: “A necessidade é a mãe de toda a invenção”.

Ao contrário, a estabilidade a que assistimos nas últimas décadas na geopolítica acabou por trazer as sementes do enfraquecimento das estruturas

organizacionais. A estabilidade enfraqueceu a democracia. Permitiu a aceitação pacífica de estruturas ineficientes e corrompidas.

Sem movimento social, em direção a novos ideais e visão positiva de futuro. Sem atratores (lideranças) capazes de mobilizar e criar movimento em torno dos valores fundadores da democracia e do humanismo, a nova turbulência abre espaço para o surgimento inevitável de outro tipo de atratores. De qualquer modo, estes alimentam-se da necessidade de reduzir a imprevisibilidade, a intolerável angústia da incerteza e da falta de sentido, prometendo o impossível regresso ao conhecido, voltar a ser o que foi – o “Make America Great Again” de D. Trump.

O principal contributo da psicanálise para o mundo foi o de trazer um modelo explicativo para o lado oculto do funcionamento humano. A apontar-lhe um sentido. Apresentar um mapa, ainda que simplificado, das “Índias e das Américas” do inconsciente. Como o fez antes a Religião (embora baseando-se apenas na crença) e a Ciência procura fazer de forma especializada e cada vez mais complexa, o que por vezes dificulta a visão de conjunto.

Ao apresentar os seus modelos, a psicanálise contribuiu no passado para mudar o próprio mundo, acabando por transformar o seu objecto de estudo.

Se há desafio que se coloca novamente à psicanálise é o de encontrar o sentido, olhando o passado no “retrovisor”, como nos diz C. Matos (2016), mas acordando o “atractor” da esperança num mundo melhor, numa sociedade mais justa, mais livre, mas também mais responsável. Afinal, a minha liberdade não acaba onde começa a do outro. Isso é uma liberdade infantil, uma luta de liberdades. A minha liberdade termina onde começa o direito do outro.

## REFERÊNCIAS

Bertalanffy, L. (1977) *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Ed. Vozes

Matos, C. (2016) *Nova Relação*. Lisboa: Climepsi.

Gleick, J. (1989) *Caos – A Construção de Uma Nova Ciência*. Lisboa: Ed. Gradiva.

Gleick, J. (2011) *Informação – Uma história, uma teoria, um dilúvio*. Maia: Círculo de Leitores.

## TITLE

Chaos, Movement and Creation

## ABSTRACT

The author presents an articulation of the main concepts of the General System Theory, in particular of complex systems, their unpredictability and capacity to generate organization. He proposes an approach to life, the functioning of groups and the individual under the matrix of these models, intersecting them with a psychoanalytic way of giving them meaning, seeking to contribute to the expansion of the field of psychoanalysis.

Key Words: Chaos; Turbulence; Fractal; Sense; Freedom.

# INSTRUÇÕES AOS AUTORES

## ÂMBITO EDITORIAL

A «Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica» publica artigos originais do campo disciplinar, científico e praxiológico (clínica e aplicação) da Psicanálise e da Psicoterapia Psicanalítica e textos que expressem a rica diversidade de interfaces entre estes domínios e os outros ramos da cultura, da ciência e da arte.

## POLITICA EDITORIAL

A AP está empenhada em assegurar a ética na publicação e qualidade dos artigos. Como tal, é esperado que todas as partes envolvidas – autores, editores, revisores e editora – sigam os padrões de comportamento ético definidos internacionalmente.

Os autores devem garantir que o seu trabalho é inteiramente original e, se utilizados trabalhos ou excertos de outros trabalhos já publicados, esse facto deverá ser declarado. A prática de plágio, em qualquer das suas formas, constitui um comportamento anti-ético de publicação e é inaceitável. O

autor correspondente deve garantir que existe um consenso pleno de todos os co-autores na aprovação da versão final do documento e na sua submissão para publicação.

Os editores comprometem-se a avaliar os manuscritos exclusivamente com base na sua mais-valia académica e científica. Um editor não deve usar informações não publicadas nos seus próprios trabalhos, sem o expreso consentimento por escrito do autor.

Os revisores comprometem-se a tratar quaisquer trabalhos recebidos para avaliação como documentos confidenciais. Informação privilegiada ou ideias obtidas através de revisão por pares devem ser mantidas em sigilo e não devem ser utilizadas para proveito pessoal. Os comentários ou correções serão conduzidos de forma objetiva e as observações formuladas serão claras e devidamente argumentadas, para que os autores possam usá-los para melhorar o artigo.

Regemo-nos por um sistema de arbitragem anónima por avaliadores externos (referees), através de um procedimento de Double Blind (duplamente cego): neste processo os intervenientes (autores, revisores e gestores de artigo) são tornados anónimos. O artigo é enviado para dois (ou mais) Pares Revisores, que o examinam e arbitram sobre a sua qualidade. O editor enviará ao autor informação sobre a eventual aceitação para publicação; reformulação e submissão para nova avaliação por pares; ou não aceitação. No caso de reformulação, os autores receberão os pareceres e recomendações dos Pares Revisores e deverão proceder às alterações recomendadas.

Os autores autorizam a AP a guardar a informação relacionada com o artigo (textos e dados de identificação dos autores). Estes dados podem ser apagados mediante solicitação do autor(es) por email enviado à revista.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

– Todos os artigos apresentados à Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica deverão ter um Título, um Resumo, a descrição dos

Autores, um corpo de texto e Referências Bibliográficas. O artigo terá que ter Título e Resumo em português e em inglês.

– Os resumos deverão ter entre 150 e 200 palavras e deverão ser seguidos de quatro a seis palavras-chave.

– Os autores (num máximo de seis), devem ser identificados com o nome, instituição(s) onde exercem, funções e os contactos (morada, e-mail e telefone).

– Os artigos não deverão ultrapassar as 15 páginas (salvo algumas exceções), já incluindo referências, notas, tabelas, e figuras. Os últimos três elementos deverão ser evitados, exceto quando forem indispensáveis para a compreensão do texto.

– Só são aceites notas de rodapé na primeira página do artigo relativas ao título e à identificação do autor.

– Todas as outras notas, devem ser apresentadas apenas quando forem consideradas essenciais.

– As fotografias, figuras, esquemas e gráficos devem ter um título e ser enumeradas por ordem de inclusão no texto.

## ORGANIZAÇÃO FORMAL DOS ARTIGOS

### Primeira página

1. O título do artigo, que deverá ser conciso;
2. O nome do autor ou autores (devem usar-se apenas dois ou três nomes por autor);
3. O grau, título ou títulos profissionais e/ou académicos do autor ou autores;
4. O serviço, departamento ou instituição onde trabalha(m).

## Segunda página

1. O nome, telefone, endereço de correio eletrônico e endereço postal do autor responsável pela correspondência com a revista acerca do artigo;
2. O nome, endereço de correio eletrônico e endereço postal do autor a quem deve ser dirigida a correspondência sobre o artigo após a sua publicação na revista.

## Terceira página

1. Título do artigo nas línguas necessárias (Português/Inglês);
2. Resumo do artigo nas línguas necessárias;
3. Quatro a seis palavras-chave nas línguas necessárias;

## Páginas seguintes

As páginas seguintes incluirão o texto do artigo, devendo cada uma das seções em que este se subdivide começar no início de uma página.

## TRATAMENTO EDITORIAL

Os textos recebidos são submetidos a um processo de validação administrativa. Os textos que estejam de acordo com as normas são identificados por um número. Será considerada como data de recepção do artigo o último dia de recepção da versão eletrônica do artigo e dos anexos necessários. Os artigos aceites serão distribuídos a um editor responsável, que fará uma apreciação sumária e apresentará o artigo em reunião dos Co-Editores.

Os artigos que estejam de acordo com as normas e que se enquadrem na missão da revista entrarão num processo de revisão por pares. Aos revisores será pedida a apreciação crítica de artigos submetidos para publicação.



Essa avaliação incluirá as seguintes áreas: atualidade, fiabilidade científica, importância clínica e interesse para publicação do texto. De forma a garantir a isenção e imparcialidade na avaliação, os artigos serão enviados aos revisores sem a identificação dos respetivos autores e cada artigo será apreciado por dois. Caso exista divergência de apreciação entre revisores, os editores poderão convidar um terceiro revisor. A decisão final sobre a publicação será tomada pelo editor chefe com base nos pareceres dos revisores. As diferentes apreciações dos revisores serão integradas pelo editor responsável e comunicadas aos autores. Os autores não terão conhecimento da identidade ou afiliação dos revisores ou do editor responsável.

A decisão relativa à publicação pode ser no sentido da recusa, da publicação sem alterações ou da publicação após modificações. Neste último grupo, os artigos, após a realização das modificações propostas, serão reapreciados pelos revisores originais do artigo. Desta reapreciação resultará uma apreciação final por parte do editor responsável e a decisão de recusa ou de publicação, da qual os autores serão informados.

## REGRAS DE CITAÇÃO E DE REFERENCIAÇÃO

As regras de citação e de referenciação devem ser elaboradas de acordo com as normas sugeridas pela A.P.A. (American Psychological Association).

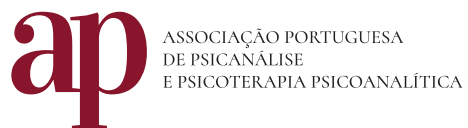
## CORRESPONDÊNCIA EDITORIAL E SUBMISSÃO DE TEXTOS

Revista de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica “Se..., Não...”

Largo do Andaluz, n. 15, 2-Esq

1050-004 Lisboa

Tel.: 913 906 073 \* revista.psicanalise.ap@gmail.com



Órgão oficial da Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica (AP)

Email: [ap.psicanalise@gmail.com](mailto:ap.psicanalise@gmail.com)

Site: [www.apppp.pt](http://www.apppp.pt)

Tm: 913906073

Largo do Andaluz 15 - 2º Esq. 1050-004 Lisboa